



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Saúde

UNIDADE: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP - HCFMUSP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Informação pessoal. Possibilidade de acesso comprovada a identidade do solicitante. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 127/2017

- 1 Trata o presente expediente de pedido formulado ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, número SIC [REDACTED] em epígrafe, para acesso a data em que será realizada cirurgia do solicitante.
- 2 Em resposta, o ente demandado esclareceu que somente a equipe médica poderia informar a data da cirurgia. O silêncio em grau recursal ensejou o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
- 3 Instado a sanar a supressão de instância, o Hospital apresentou justificativa de que o prontuário médico é tratado como informação pessoal dos pacientes, e somente pode ser divulgado mediante comprovação de identidade, o que não ocorreu no pedido de acesso ora em apelo.
- 4 Analisando-se o feito, verifica-se ter havido os esclarecimentos pertinentes, não sendo observada qualquer recusa em permitir acesso aos dados públicos custodiados. No caso em questão, observa-se que o ente indicou o local onde a informação pode ser obtida, conforme permissivo do artigo 11, §1º, inciso I da Lei nº 12.527/2011.
- 5 Ainda, recorda-se que é dever dos órgãos e entidades do poder público zelar pela proteção das informações sigilosas e pessoais, conforme previsão dos artigos 6º, III, da Lei e 36 do Decreto Estadual nº 58.052/2012. A resposta do ente recorrido encontra-se, pois, devidamente respaldada na legislação vigente.
- 6 Nada obsta, entretanto, que o cidadão se dirija pessoalmente ao órgão demandado, conforme indicado em resposta ao recurso, para que obtenha acesso a informação almejada, condicionada a comprovação de sua identidade, conforme previsão do artigo 31, §1º, I da Lei de Acesso.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

7. Diante do exposto, fornecidos dados e colocando os expedientes à disposição para consulta direta pelo interessado, não há que se falar em negativa de acesso à informação. Razão pela qual **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, inciso I, da Lei, ausentes as hipóteses de provimento recursal previstas no artigo e incisos do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OUT 1 de julho de 2017


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKI